

Índice

“A mentalidade contraceptiva volta-se contra a mulher”	1
O que há de mau na lei e na ordem?	2
França: a cobertura de cuidados paliativos será universal.....	4
“El derecho a disenter”	4

“A mentalidade contraceptiva volta-se contra a mulher”

No ano passado, teve lugar na Universidad de Navarra um [Simpósio multidisciplinar](#) sobre reconhecimento natural da fertilidade (“Aceprensa”, 9.9.2021). A variedade de abordagens e a profundidade dos temas – antropologia, afetividade e saúde em torno da sexualidade centrada na pessoa – despertaram uma enorme esperança quanto ao presente e ao futuro do amor e da vida humana. Entre os oradores presentes esteve a Dra. Regina Cárdenas, médica e promotora de projetos sociais, que respondeu a algumas das perguntas que suscitaram o simpósio.

— *É surpreendente a eclosão de interrogações que surgem quando se aborda interdisciplinarmente a reprodução humana. Será que uma ginecologista se acostuma a trabalhar nas entranhas da vida?*

— A vida é um mistério insondável, ainda mais para uma pessoa contemplativa, como eu. De cada vez que vejo a sequência de pares de bases de um genoma, a pulsação de um embrião de dois milímetros, o primeiro choro de um bebé... comovo-me perante a grandeza do que é o ser humano.

— *A geração do maio de 68 explodiu com perguntas e desafios, aos quais, talvez, não se havia dado uma resposta de acordo com a mentalidade contemporânea. Como nos impacta este tsunami antropológico e moral?*

— Fascina-me o que se relaciona com aquela revolução, porque eu nasci em 1968. Além disso, nos últimos anos tem vindo a ser feita uma re-revisão do que sucedeu. Penso que não foi uma revolução sexual, mas a estreia do individualismo aplicado à sexualidade. No centro de tudo situou-se o eu, o prazer pessoal, o desejo próprio. Essa viragem foi acompanhada pela evolução de contraceptivos hormonais que permitiam desligar sexualidade e reprodução.

— *O individualismo acaba por nos submergir numa solidão muito dolorosa, mais ainda quando o prazer se consuma. E o que de bom nos trouxe aquela irrupção?*

— As pessoas sentiam que as suas vidas eram regidas por normas exteriores, controlos à margem da sua individualidade. Isso abriu uma porta maravilhosa: desde então, somos mais conscientes da nossa liberdade interior. De uma ética percebida como imposição extrínseca, chegámos à lei inscrita no coração. É vital abordar estes temas com honestidade, com fundamentação, sempre com o desejo de acompanhar e de aprender sem impor.

— *Costuma utilizar um termo que seduz a razão: “Ecoética”. Em que medida a medicina nos cura para viver em harmonia com a nossa natureza?*

— A “ecoética” vem sendo usada em meios de pensamento muito diversos. Temos sede de re-conectar com o mais profundo de nós mesmos. Queremos cuidar melhor do nosso corpo e do nosso meio. E o “vale tudo” teve efeitos não desejados nesse sentido. Faz falta um universo comum que nos salve a partir de uma lei natural de acordo com o que somos. A essência da medicina é curar a carne sem esquecer o espírito,

respeitando profundamente a dignidade de cada pessoa na sua integridade.

— *À medida que avançam as descobertas científicas, a medicina dá mais esperança aos que desejam conceber e não podem. Que descoberta lhe parece mais significativa?*

— Perante situações de esterilidade vão-se esclarecendo muitas causas. São notórios os últimos avanços em microbiota endometrial, ou na genética das células endometriais e a sua influência nos processos de implantação para que possa ter sucesso uma gravidez.

— *Paradoxo: maior consciência ecológica. Crescem os feminismos. Mas a contraceção advoga métodos que alteram o corpo da mulher por vezes ao longo de anos. E os efeitos secundários?*

— O eixo hormonal é a essência transversal do nosso ser enquanto mulheres. Subvertê-lo é romper a harmonia interna. As pacientes não recebem informação completa sobre o que estão a decidir tomar. São muito poucos os estudos médicos publicados que alertem sobre os efeitos neuropsicológicos dos contraceptivos hormonais: desde anomalias no sistema nervoso central, até à alteração em vínculos de relacionamento, passando por tendência para a depressão, *stress* ou medo. Somos uma unidade.

— *Então o desejo de libertar a mulher acaba por prejudicá-la.*

— A mentalidade contraconceiva volta-se contra a mulher. Cada vez mais tenho deparado com um padrão chocante: primeiro pratica-se o sexo; depois vê-se se existe atração pessoal. Entristece escutar tantas mulheres que por medo da solidão ou da rejeição vivem escravas: são capazes de arriscar a sua saúde, renunciar à sua afetividade, assumir práticas que imitam dos filmes ou de páginas pornográficas e que lhes provocam uma enorme rejeição...

— *Existe uma velha piada a referir que “aquele é filho de Ogino”, um dos pioneiros no reconhecimento dos ritmos férteis da mulher. Que evidência científica existe de que são confiáveis os métodos mais avançados, como o sintotérmico ou o proposto por Creighton?*

— Se o conhecimento é bom e são praticados perfeitamente, a taxa de sucesso é similar à do preservativo. Mas o preservativo é decisão de um momento. Os métodos naturais acarretam um compromisso de casal, respeito de um processo, perseverança... Este caminho exige uma pedagogia da afetividade e um acompanhamento de pessoas experientes.

— *Como ginecologista, prestou assistência a mulheres nos Camarões, na Bolívia, especializou-se em oncologia ginecológica... Como se conjuga a explosão de vida de uma fecundação, com as sombras cortantes de uma doença letal?*

— Agora trabalho num dos projetos mais apaixonantes da minha vida profissional. Trata-se de um programa de cuidados

paliativos perinatais (“CUN te acompanha”). Os meus pacientes são pais que vivem uma gravidez com uma esperança de vida muito curta. A emoção da gestão da vida convive com a certeza de que no nascimento vai chegar a morte. Em muitos partos, ao cortar o cordão umbilical, o bebé vai morrer. Eu tenho de cortar esse cordão. Causa-me uma comoção total. Diz-me que somos criaturas vulneráveis, mas criadas para serem amadas.

— *Essas histórias com nome e apelido chocam. A vida e a morte no mesmo berço.*

— Acompanhando estes casais, torna-se patente o valor mais profundo à vida, a dignidade absoluta de um filho. Preparamo-nos juntos para acolher e para nos despedir. Choramos e festejamos. Vivemos momentos muito duros, mas nos quais tanta intimidade partilhada cria um vínculo indestrutível. Considero-me uma privilegiada.

Há alguns anos, Regina Cárdenas criou a fundação “Ellas lo bordan”. A sua missão é formar num ofício mulheres antes exploradas e agora condenadas à exclusão social. Essa aventura pede outra entrevista. De momento, ouvindo-a, fico assombrada em redescobrir as entranhas da mulher como uma janela que nos faz espreitar um admirável eco-universo. A sua ciência médica e a sua experiência dentro e fora da consulta falam-nos de uma fecundidade que transcende a fertilidade biológica.

T. G. C.

O que há de mau na lei e na ordem?

A segurança dos cidadãos deixou de ser uma bandeira exclusiva da direita. Hoje é agitada no Reino Unido pelo socialista Keir Starmer e, em França, pelo liberal Emmanuel Macron. Nos Estados Unidos, meios de comunicação que até há pouco tempo condescendiam com os pedidos para cortar fundos à polícia, começam timidamente a assumir uma reflexão mais crítica.

Durante os últimos anos, os “candidatos da lei e da ordem”, como se [autodenominava](#) Donald Trump, ganharam à esquerda. Alguns dos seus mais experientes representantes continuam ativos, como o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ou a eterna candidata à presidência de França, Marine Le Pen. Todos eles se caracterizaram por prometer mão dura contra a delinquência e a violência nas ruas.

Num nível muito diferente estava o até há pouco tempo presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, conhecido como “o Casti-

[gador](#)", devido à sua política de gatilho fácil contra o narcotráfico. Ou o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, cujo opaco plano de segurança poderia incluir [pactos secretos](#) com os gangues delinquentes. Nenhum dos dois tem uma ideologia definida, por muito que Duterte se defina como socialista. Mais ainda, encarnam um populismo *sui generis*, à medida dos seus desejos.

Para a estima pela lei e pela ordem tão-pouco contribuiu a indignação que se seguiu à morte do afro-americano [George Floyd](#) às mãos de um polícia branco e perante a indiferença de outros três agentes, ocorrida em Minneapolis a 25 de maio de 2020.

Segundo a organização Armed Conflict Location and Event Data Project, citada por meios de comunicação de diversas tendências, [93 %](#) dos cerca de 7750 protestos ligados ao Black Lives Matter que tiveram lugar nos Estados Unidos entre 26 de maio e 22 de agosto, foram pacíficos. Nos restantes protestos, houve agressões a polícias, incêndios, saques, derrubes de estátuas...

Em vez de denunciar estes acontecimentos ao mesmo tempo que o racismo e a brutalidade policial, alguns jornalistas optaram por retirar-lhes importância.

O golpe final no prestígio da polícia chegou quando vários políticos democratas apoiaram o movimento "Defund the Police", que exigia reduzir os fundos destinados aos departamentos policiais. Os defensores mais extremos da campanha também eram favoráveis a retirar funções às forças da ordem e mesmo de aboli-las. Uma análise do "The Washington Post" (7.6.2020) atizou o debate [defendendo](#) a tese de que aumentar os gastos em serviços policiais não significa necessariamente menos delitos.

Mais de um ano depois, o tom mudara. Depois do FBI revelar que os assassinios cresceram nos EUA, em 2020, 30 % relativamente aos do ano anterior – a maior subida desde que há registo –, alguns analistas do "The New York Times" e do "The Washington Post" começaram a interrogar-se sobre o que existia por detrás desse aumento.

O colunista do "The Washington Post" (28.9.2021) Henry Olsen, de tendência conservadora, pensa que terão influído muitos fatores, mas [destaca](#) um: a "fúria contra a polícia" que se desencadeou depois do assassinio de Floyd. "Os polícias estão-se a reformar ou a renunciar em massa, muitas vezes porque não querem suportar injúrias diárias de multidões que culpam injustamente os polícias comuns dos problemas raciais que o caso Floyd expôs". Dá o exemplo de Seattle, uma cidade onde, em 2020, as renúncias de agentes quase quadruplicaram e as reformas duplicaram em relação ao ano anterior.

A contratação de polícias também teve uma descida significativa, sobretudo nas grandes cidades. Para Olsen, o resultado da equação é claro: embora não atinjam números tão marcantes como os de Seattle, a maioria dos departamentos "tem me-

nos polícias disponíveis para proteger os cidadãos, que necessitam da sua ajuda mais do que nunca".

No "The New York Times" (24.6.2021), Neil MacFarquhar abordou este assunto numa ampla [reportagem](#) com dados e testemunhos de agentes e oficiais da polícia. Entre os dados mais ilustrativos encontram-se os que revela um inquérito do Police Executive Research Forum em quase 200 departamentos policiais: entre abril de 2020 e abril de 2021, as percentagens de reformas e de renúncias subiram, respetivamente, 45 % e 18 % em relação aos 12 meses anteriores. Um exemplo em números absolutos: Minneapolis passou de 912 agentes em maio de 2019, para 699 em outubro de 2021.

Dos testemunhos, MacFarquhar sublinha a perplexidade e a frustração dos agentes. Do dia para a noite, enfrentaram a hostilidade indiscriminada de muitos dos seus concidadãos.

Também em França houve um caso muito falado de racismo e violência policial: em novembro de 2020, três agentes de Paris espancaram brutalmente o produtor de música Michel Zecler que, além disso, recebeu insultos por ser negro. O facto, gravado por uma câmara, causou uma grande revolta.

Com este cenário, o presidente Emmanuel Macron, bem conhecido pela sua capacidade de [conciliar contrários](#), empreendeu uma estratégia audaciosa tendo em vista as eleições presidenciais agora realizadas em 2022, segundo [explicava](#) a jornalista Sílvia Ayuso ("El País", 14.9.2021). Por um lado, anunciou a duplicação numa década da presença de agentes nas ruas, o que lhe permite arrebatar a bandeira da segurança à direita em geral e a Marine Le Pen em particular. Por outro, prometeu dotar os agentes com mais recursos, incluindo câmaras pessoais, o que tranquiliza os descontentes com a violência policial. Na apresentação dessas medidas, Macron recordou que já havia cumprido a sua promessa de recrutar mais 10 000 polícias desde que havia chegado ao Eliseu, em 2017.

Mais desapercibida foi a aposta na segurança do líder do Partido Trabalhista britânico, Keir Starmer, a que dedicou uma parte importante do seu [discurso](#) na convenção anual do partido no ano passado. "Sob a minha liderança, a luta contra a delinquência será sempre um tema trabalhista".

Falou com emoção de familiares de vítimas que conheceu pessoalmente quando foi procurador-geral da Inglaterra e País de Gales; denunciou a impunidade; reprovou aos *tories* o congestionamento nos tribunais e a perda de 8000 agentes policiais nos últimos anos de governo conservador desde 2010. E lamentou a insegurança das jovens em certos bairros: "Veem mais violência e menos polícia. É de senso comum juntar as duas coisas". E se houvesse dúvidas, em três momentos da sua intervenção, repetiu as suas prioridades: "Trabalho. Cuidado. Equidade. Segurança. A isso me refiro quando falo de justiça".

J. M.

França: a cobertura de cuidados paliativos será universal

Quando no ano passado se voltou a discutir um projeto de lei de eutanásia – que não passou – no Parlamento francês, Olivier Véran, então ministro da Saúde, mostrou ser seu opositor. Argumentou dizendo que a lei em vigor sobre a etapa final da vida permitia resolver “a imensa maioria das situações difíceis”. Para o governo, a verdadeira prioridade é reforçar os cuidados paliativos.

Naquela altura, prometeu uma melhor aplicação da [lei Claeys-Leonetti](#), que autoriza a sedação profunda de doentes terminais, mas fecha a porta à eutanásia (“Aceprensa”, 28.1.2016). Anunciou também que seria apresentado um novo plano de cuidados paliativos, que foi revelado posteriormente.

Perante a pressão para aprovar uma lei de eutanásia, o ministro procurou assegurar o cumprimento da atual legislação, destinando mais recursos, incentivando a formação dos médicos em medicina paliativa e promovendo um melhor conhecimento dos seus direitos por parte dos doentes.

Na apresentação do plano trienal (2021-2024) de cuidados paliativos e suporte ao final da vida, Véran insistiu na existência das desigualdades no acesso a este tipo de atendimento que ainda existem em França. Embora as unidades de cuidados paliativos nos hospitais tenham aumentado de 139 para 164 desde 2015, existem ainda 26 departamentos que não têm nenhuma. Essa é uma das deficiências que o plano procurará corrigir.

Para o Dr. Olivier Mermet, um dos autores do plano, “é falso que, em França, se morra em más condições”, como dizem os defensores da eutanásia; é sim necessário melhorar o que já é feito. O plano procurará reforçar os 428 equipamentos móveis de cuidados paliativos disponíveis para utilizar nos hospitais, asilos de idosos ou nos domicílios dos doentes, ao mesmo tempo que irá fortalecer o acesso aos cuidados paliativos no próprio lar.

A formação dos médicos também é um ponto chave. Durante os próximos cinco anos são necessários mais 350 médicos para satisfazer as necessidades nesta área, pelo que se vai desenvolver um curso universitário de especialização em medicina paliativa.

Além de melhorar o acesso a este atendimento, a outra grande prioridade é inculcar uma cultura de antecipação a esta etapa da vida. Esta maior consciência dos direitos do paciente, e neste particular dos cuidados paliativos, “é a base para melhorar o atendimento”, disse Olivier Véran.

Uma das medidas previstas neste sentido é uma campanha comunicacional para incentivar a redação de documentos de

últimas vontades e a nomeação de uma pessoa de confiança que possa representar o paciente no caso de estar impedido.

O investimento público nos cuidados paliativos é uma demonstração do interesse que existe em aplicar corretamente a lei de 2016. Para 2022, foram orçamentados 16 milhões de euros, mais 5 milhões do que em 2021, e o montante total para o período 2021-2024 soma 171 milhões, dos quais 59 milhões para medidas novas de modo a ampliar os serviços de paliativos.

Segue-se assim o caminho proposto num [manifesto de 2018](#) assinado por mais de 175 associações especializadas no atendimento paliativo, onde se resumiam em 12 pontos a sua posição favorável aos cuidados para com as pessoas na etapa final da vida (“Aceprensa”, 12.11.2018).

“Os cuidados paliativos devem ser acessíveis em todo o lado e para todos. São um direito do paciente. Atualmente, demasiados doentes não recebem cuidados paliativos quando deles necessitam. Isto deve mudar. Apliquemos a lei, toda a lei, nada mais do que a lei!”, argumentava o manifesto numa das doze razões.

D. E. K.

“El derecho a disentir”

Autor: Mauricio Wiesenthal
Acantilado. Barcelona (2021)
400 págs.

Quem hoje discorda, arrisca-se a não sair na fotografia, mas Mauricio Wiesenthal, humanista empedernido, não se importa. A sua vocação foi sempre a de cultivar o espírito, aproveitando o rico legado que se condensa na Europa. Nesta recolha de escritos, de temática variada e cheios dos nomes daqueles que, com a sua caneta, as suas bandeiras, a sua fé ou as suas convicções forjaram algo mais do que um continente, reivindica o que hoje, para nossa desgraça, se apaga: o húmus comunitário, a seiva desses valores sublimes que, como talismãs, resplandeciam antes que o sonho europeu fosse suplantado pelo pesadelo dos totalitarismos.

Mas este escritor culto e refinado não tem tempo para elegias. Certamente, sente a falta do estilo, do respeito pela verdade e do brilho da Europa de Erasmo ou da estirpe de Goethe – isto é, da alta cultura –, mas está pronto para o combate. Nega-se a deixar essa velha herança que ainda palpita, nas mãos de

alguns bárbaros que são incapazes de diferenciar o *trap* de uma *suite* de Bach. Não se trata de elitismo: a cultura é o mais livre e igualitário que pode haver, porque humaniza os que se lançam desinteressadamente nos seus braços.

Rainer Maria Rilke, os jornais, cafés grandes, um anoitecer junto ao rio Sena, Grécia e a sua cultura, as paixões ou o folclore são alguns dos assuntos que Wiesenthal aborda neste ensaio que demorou mais de cinquenta anos a escrever e que, de algum modo, culmina a sua trajetória. Nele existem reflexões inolvidáveis, como aquela que relaciona a aprendizagem com a disciplina, ou a que revela a sua desconfiança para com qualquer forma de poder. Há também intuições com influência de Blaise Pascal: na sua opinião, uma sociedade que não valoriza o silêncio dificilmente pode prosperar. Wiesenthal escreve, portanto, sobre os seus anjos e os seus demónios, e não tem qualquer problema em confessar que situa no lugar mais baixo do inferno aqueles que violam as normas básicas da educação.

Admirador dos clássicos, conseguiu escrever não apenas um panegírico da velha Europa da qual qualquer humanista sente saudade, como também um ajuste de contas chamado a perdurar. Com vontade de estilo e engenho, "El derecho a disentir" é um manual para conservadores não dogmáticos que desejem inspirar-se e armar-se de paixão antes de entrarem nas águas turvas da batalha cultural. Autenticamente delicioso.

A.P.V.

